

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo e técnico operacional, incluindo uniformes e demais equipamentos necessários para atender as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer.

INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, associação privada legalmente inscrita no CNPJ sob o nº 18.273.227/0001-76, com sede na Rua Jose Hemetério Andrade, Nº 950, Andares 5º e 6º, Bairro Buritis, CEP nº 30.493-180, Belo Horizonte - Minas Gerais, vem a eminente presença de Vossa Senhoria, apresentar, tempestivamente

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

interpostos pela empresa AGIL EIRELI, o que faz pelas razões que passa a expor.

2.DA BREVE SÍNTESE FÁTICA

Insurge a recorrente em desfavor da habilitação e declaração de vencedora da Associação Privada, ora Recorrida.

Em breve síntese, inconformada com a declaração de vencedora da Recorrida, a Recorrente pleiteia o provimento recursal a fim de inabilitada, pautada na natureza jurídica desta e suas imunidades tributárias, contudo, conforme será adiante debatido ponto a ponto, não merece prosperar as razões apresentadas.

4. DO MÉRITO

4.1. DA ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE - SUPOSTA AFRONTA A ISONOMIA.

De plano, cumpre expor que o Recurso Administrativo interposto extrapola os limites determinados ao objetivo que se presta, ou seja, com fulcro nos princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, debater se a declaração de vencedora da Recorrida é regular.



A bem da verdade, os argumentos produzidos pela Recorrente extrapola o objeto do instituto jurídico ao qual se discute (licitação), requerendo a manifestação do Pregoeiro e Equipe de Apoio na avaliação das atividades desenvolvidas pela Recorrida, seu Estatuto, seu objeto social, sua imunidade, enfim, fatos estes estranhos ao procedimento licitatório.

Há de se pontuar que a legalidade e regularidade desta Associação não é e nunca foi alvo de questionamento pelos órgãos citados acima, sendo que as atividades desenvolvidas estão em funcionamento desde 1986 até a presente data, não havendo nada que a desabone.

Frisa-se ainda que, para a concessão do CEBAS, todos os atos formais e práticos da Associação são analisados e, estando dentro do estabelecido em legislação própria, foi aprovado e concedido.

Pois bem. A Recorrente faz uma breve síntese das características das Associações Privadas sem fins lucrativos para então, questionar o uso da imunidade tributária constante da proposta desta defendente, alegando que a recorrida não deveria zerar seus impostos. Entretanto, se assim procedesse esta recorrida, estaria faltando com a verdade e indo contra a concessão do CEBAS, que imputa à Recorrida imunidade fiscal.

Quanto aos aspectos discorridos acerca das Associações Privadas sem lucrativos, pontua-se que, a Recorrida cumpre todos os requisitos determinados em lei, afirmação esta que pode ser extraída de seu Estatuto.

Quanto ao questionamento o que espera a Recorrente é que esta D. Comissão Julgadora simplesmente, declare que a Recorrida não atende os requisitos estabelecidos em lei para fins de gozo da imunidade tributária, “ANULANDO” o certificado CEBAS concedida por Órgão competente, o que incontestavelmente, foge à sua competência, extrapolando, demasiadamente o fim a que se presta o presente recurso.

De igual modo, requer que esta Comissão Julgadora se apodere de funções típicas da Receita Federal do Brasil, de modo a declarar que, supostamente, as atividades promovidas pela Recorrida não se enquadram nas condições de gozo de imunidade tributária, o que inegavelmente é um absurdo.

A Associação é composta por um conjunto de ações e serviços. E, como bem salientado pela Recorrente, tendo ela ausência lucrativa, todo o superavit obtido deve ser reinvestido em ações sociais. Isso não quer dizer que a única forma de sobrevivência das Associações seria a obtenção de receita no exercício exclusivo de atividade social. Se assim fosse, as Associações nasceriam fadas a extinção, já que, muitas atividades são realizadas sem qualquer contraprestação pecuniária.

Em sábias palavras, manifesta sítio especializado em licitações e contratos administrativos:

A Lei Civil, ao impedir que as associações e fundações desempenhem um fim econômico, **não pretendeu, de modo algum, vedar que elas viessem a obter resultado econômico positivo, o que seria inconcebível, pois sem a obtenção de resultado econômico positivo a entidade não possuiria meios capazes de permitir a sua subsistência e estaria fadada à extinção.**



Na verdade, o que o Código Civil proíbe, sim, é que as instituições sem fins lucrativos sejam constituídas com a finalidade precípua de executar uma atividade econômica com o objetivo de promover a distribuição de lucro entre seus integrantes. Nada impede, dessa forma, que elas venham a colher resultados positivos em decorrência do exercício dos fins sociais a que se destinam.

Destaque-se, apenas, que esse “lucro” (resultado positivo) deve ser revertido para o próprio exercício da finalidade da entidade e não distribuído entre os associados.

Diante dessa realidade, nada impede, ao menos em tese, que as associações e fundações participem de licitações e, por conseguinte, venham a celebrar contratos com a Administração Pública. Deve-se salientar, no entanto, que para tal fim será indispensável que o objeto do contrato seja condizente com o objeto social da associação, o qual se encontra previsto, necessariamente, em seu ato constitutivo.

<https://zenite.blog.br/qual-o-entendimento-do-tcu-sobre-a-participacao-de-entidades-sem-fins-lucrativos-nas-licitacoes-e-em-relacao-ao-conteudo-do-art-12-da-in-no-05-2017-seges-mp/> (Acesso em 14/03/2024 às 09:25)

Conforme acima discorrido, não há óbice na contratação com ente público, o que não se pode cogitar é que o resultado positivo advindo das ações sejam distribuídos aos associados, devendo ser reinvestido nos objetivos sociais determinados em seu ato constitutivo e isso encontra-se previsto no estatuto, o que é praticado diariamente, vejamos:

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E SUA APLICAÇÃO

Art. 40 - Os recursos e o patrimônio do INSTITUTO serão oriundos de contribuições, doações, patrocínios, contratações, locações, taxas de administração e/ou captação, prestação de serviços, alienações, *royalties*, legados e direitos a ele transferidos, de associados ou de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de qualquer nacionalidade, públicas ou privadas, assim como os recursos adquiridos no exercício das atividades previstas neste Estatuto Social,



rendimentos produzidos pelo patrimônio, convênios, comodatos, termos de parceria/fomento/colaboração/ou instrumentos congêneres, subvenções federais, estaduais e municipais e outras rendas eventuais.

§1º - Todos os bens, rendas, recursos, subvenções, doações e eventual resultado operacional/superávit serão obrigatoriamente aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais do INSTITUTO.

§2º - Os excedentes financeiros serão investidos no desenvolvimento das próprias atividades, vedada a distribuição, entre os sócios ou associados, conselheiros, diretores ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

§3º - É proibida a distribuição de bens ou de parcela de patrimônio líquido em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado, sócios, conselheiros ou diretores, ou de qualquer membro da entidade.

Não é muito informar que o superávit obtido em toda e qualquer atividade realizada é totalmente alocado para a continuidade dos serviços promovidos pela Associação, ou seja, enquanto a Recorrente visa a obtenção de lucros, a Recorrida utiliza o resultado positivo na promoção de atividades voltadas à população. O que enfrentamos no presente caso é a distinção de interesses, sendo que o Recorrente almeja lucros e a Recorrida não.

Até o ano de 2019, as alegações ora promovidas pela Recorrente foram aceitas no âmbito dos processos licitatórios, contudo, em 2020 o Tribunal de Contas da União enfrentou situação que suscitava decidir se o parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017 está em desarmonia com os preceitos constitucionais e legais estabelecidos e com entendimentos jurisprudenciais do próprio Tribunal de Contas da União, em especial os Acórdãos n.º 2.847/2019, 1.406/2017 e 746/2014 – todos do Plenário.

Mantendo o entendimento já consolidado em sua jurisprudência, o Tribunal de Contas da União proferiu o Acórdão nº 2.426/2020 – Plenário, no qual expediu a seguinte determinação:

9.3. determinar à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGGD/ME), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, **que adote providências para modificar o parágrafo único do art. 12 da IN 5-Seges/MP, de 26/5/2017, e informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, os encaminhamentos realizados, visando a:**

9.3.1. restringir a participação em licitações públicas **somente às instituições sem fins lucrativos qualificadas como Oscip, participantes sob esta condição;**

9.3.2. harmonizar o dispositivo com preceitos constitucionais e legais estabelecidos (art. 5º, caput; e art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993) e com entendimentos jurisprudenciais do TCU: Acórdãos 746/2014, 1.406/2017 e 2.847/2019, todos do Plenário desta Corte de Contas; e

9.3.3. **ampliar a competitividade em certames públicos e, por conseguinte, a seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em que o objeto também possa ser atendido por instituições sem fins lucrativos, tendo em vista que inexist**



norma legal que discipline, de forma indistinta, vedação de participação em processos licitatórios a essas entidades;" (Grifamos.)

Em razão da determinação do TCU, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, expediu orientação aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional nos seguintes termos:

Orientação sobre contratação de instituição sem fins lucrativos - Acórdão nº 2.426/2020-TCU-Plenário

Publicado em 08/01/2021 10h43 Atualizado em 08/07/2022 16h48

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, quando da realização de processos licitatórios **destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa, que incluam em seus editais a possibilidade de participação de instituições sem fins lucrativos nos processos licitatórios para a contratação de serviços sob regime de execução indireta, excetuadas** aquelas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), até que se proceda a alteração da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/orientacao-sobre-contratacao-de-instituicao-sem-fins-lucrativos-acordao-no-2-426-2020-tcu-plenario> (acesso em 14/03/2024 às 14:28)

Orientação sobre contratação de instituição sem fins lucrativos - Acórdão nº 2.426/2020-TCU-Plenário

Publicado em 08/01/2021 10h43 | Atualizado em 08/07/2022 16h48

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

A Secretaria de Gestão **orienta** os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, quando da realização de processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa, **que incluam em seus editais a possibilidade de participação de instituições sem fins lucrativos nos processos licitatórios para a contratação de serviços sob regime de execução indireta, excetuadas** aquelas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), até que se proceda a alteração da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

E assim, a Lei 14.133/2021, promulgada um ano após, não vedou a participação de Associação Privada sem fins lucrativos em processos licitatórios:



31 3295-5655



www.institutodds.org
institucional@institutodds.org



Rua José Hemetério de Andrade, 950,
5º e 6º Andar, Burity, CEP: 30493-180 - BH-MG.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Há de se ressaltar que a IN 05/2007 e o TCU vedam a participação de **OSCIP** em processos licitatórios, tal como disposto no item 3.5.9 do instrumento convocatório, vejamos:

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

Frisa-se, o edital de licitação NÃO veda a participação de ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS e isso porque, impossibilitar a participação destas pessoas jurídicas violaria jurisprudência assente do TCU.

Já antecipando qualquer confusão de conceitos entre a natureza jurídica da Proponente e a natureza jurídica de uma OSCIP, importante expor que a IDDS é uma Associação Privada sem fins lucrativos, não se enquadrando como OSCIP.

Isso porque OSCIP corresponde à qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas. Essas, por sua vez, atuam em áreas típicas do setor público são financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos.



Para solicitar a qualificação de OSCIP, é necessário que a entidade realize uma solicitação formal ao Ministério da Justiça, na Coordenação de Outorga e Títulos da Secretaria Nacional de Justiça. No presente caso, a Proponente não possui junto ao Ministério da Justiça ou Estado do Rio de Janeiro qualificação como OSCIP, portanto, não atua nessa condição.

Em que pese a irresignação da Recorrente acerca das imunidades tributárias concedidas à Recorrida e a invocação do princípio da isonomia, vale destacar que este alicerce visa assegurar que **todas as pessoas são iguais perante a lei considerando suas condições diferentes.**

Implica dizer que cada indivíduo é igual perante a lei, devendo ser respeitada suas condições diferentes. Um caso típico de isonomia refere-se ao tratamento diferenciado para ME/EPP. Impera uma lei específica que determina condições favorecidas com o objetivo de atingir uma igualdade.

No caso ora debatido, há uma lei que concede à Associação Civil sem fins lucrativos benefícios fiscais e isso não deve ser entendido como ausência de isonomia, já que, na sua condição diferente, o ordenamento legal reconhece que existente diferença entre a proponente e aquelas que exercem atividade com finalidade lucrativa.

Para melhor explicar, trazemos manifestação doutrinária extraída do sítio eletrônico especializado <https://zenite.blog.br/qual-o-entendimento-do-tcu-sobre-a-participacao-de-entidades-sem-fins-lucrativos-nas-licitacoes-e-em-relacao-ao-conteudo-do-art-12-da-in-no-05-2017-seges-mp/> que versa sobre a questão ora debatida:

“Como bem se sabe, o processamento das licitações públicas deve se dar em conformidade com o princípio da isonomia, o qual impõe que, nos termos da lei, todos são iguais. Contudo, isonomia não pode se confundir com tratar igualmente a todos, mas deve ser tomada na sua concepção aristotélica, segundo a qual se deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na proporção da desigualdade. E, uma vez que o exercício da função administrativa também deve respeito e obediência ao princípio da legalidade, somente a lei teria o poder de reconhecer a desigualdade entre as pessoas com fins lucrativos e aquelas sem fins lucrativos.

Logo, se em vista do exercício de suas finalidades sociais a participação na licitação de pessoa sem fins lucrativos for lícita, haja vista a compatibilidade entre o seu objeto social e o objeto do certame, eventual vantagem tributária que a instituição tenha recebido, decorre, necessariamente, de lei que, em última análise, reconhece a diferença existente entre esta pessoa e aquelas que exercem atividade com finalidade lucrativa. Nesse passo, não cabe à Administração afastar essa condição, sob pena de não conferir o adequado tratamento isonômico, pois estaria tratando igualmente pessoas desiguais. Além, é claro, de deixar de atender a prescrição legal que conferiu a medida da desigualdade a ser observada.




Ademais, a Recorrente alega que “E, igualando o Instituto aos demais participantes, sem lhe conferir benefícios tributários não aplicáveis aos demais licitantes, resta inexequível o valor da proposta apresentada, sendo de rigor a sua desclassificação.”

Em simples avaliação do processo licitatório ora debatido, denota-se que o fato da Recorrida ser beneficiada com imunidades tributárias não gerou qualquer prejuízo à competitividade ou, como deseja a Recorrente alegar, violação ao princípio da isonomia, já que, o certame contou com a participação de uma média de 75 (setenta e cinco) empresas em fase de lances nos 04 grupos licitados, e todas as demais licitantes permaneceram com valores similares ao concedido pela Recorrida. Inclusive, o valor proposto pela Recorrente compreende R\$ 16.915,68 (dezesseis mil e novecentos e quinze reais e sessenta e oito centavos) inferior ao ofertado pela Recorrida no G1, e nos demais Grupos os valores são muito aproximados, vejamos:

G1

 > Acompanhamento seleção de fornecedores > Pregão Eletrônico : UASG 985853 - N° 90006/2024 (Lei 14.133/2021)

 Onli

GRUPO 1 | 6 itens

Julgado e habilitado (aberto para contrarrazões)

Valor estimado (total) R\$ 2.166.496.5600

Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
19.135.140/0001-03 ME/EPP Desclassificada	FACCI ASSESSORIA E CONSULT...	Valor ofertado (total) R\$ 1.433.601.3600 Valor negociado (total) -
26.427.482/0001-54 ME/EPP Desclassificada	AGIL LTDA	Valor ofertado (total) R\$ 1.539.918.7200 Valor negociado (total) -
18.273.227/0001-76 Aceita e habilitada	INSTITUTO DE DIGNIDADE E DE...	Valor ofertado (total) R\$ 1.572.215.7600 Valor negociado (total) R\$ 1.556.834.4000
21.591.605/0001-74 ME/EPP	PRIVINA PRESTACAO DE SERVI...	Valor ofertado (total) R\$ 1.611.680.4000 Valor negociado (total) -
12.894.679/0001-99 ME/EPP	FOCO SERVICOS ESPECIALIZAD...	Valor ofertado (total) R\$ 1.613.073.6000 Valor negociado (total) -
17.754.216/0001-45 ME/EPP	GJT SERVICOS & LOCACAO LTDA	Valor ofertado (total) R\$ 1.645.200.0000 Valor negociado (total) -
35.772.303/0001-07 ME/EPP	HPS CLEAN MATERIAIS E SERVI...	Valor ofertado (total) R\$ 1.663.815.6000 Valor negociado (total) -

G2



31 3295-5655



www.institutodds.org
institucional@institutodds.org



Rua José Hemetério de Andrade, 950,
5° e 6° Andar, Buritis, CEP: 30493-180 - BH-MG.

GRUPO 2 | 7 Itens

Julgado e habilitado (aberto para contrarrazões)

Valor estimado (total) R\$ 1.893.304,0800



Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
19.135.140/0001-03 ME/EPP Desclassificada	FACCI ASSESSORIA E CONSULT.	Valor ofertado (total) R\$ 1.295.362,0800 Valor negociado (total) -
18.273.227/0001-76 Aceita e habilitada	INSTITUTO DE DIGNIDADE E DE.	Valor ofertado (total) R\$ 1.356.467,7600 Valor negociado (total) -
26.427.482/0001-54 ME/EPP	AGIL LTDA	Valor ofertado (total) R\$ 1.358.601,6000 Valor negociado (total) -
35.772.303/0001-07 ME/EPP	HPS CLEAN MATERIAIS E SERVI.	Valor ofertado (total) R\$ 1.391.748,7200 Valor negociado (total) -
12.894.679/0001-99 ME/EPP	FOCO SERVICOS ESPECIALIZAD.	Valor ofertado (total) R\$ 1.402.633,5600 Valor negociado (total) -
21.591.605/0001-74 ME/EPP	PRIVINA PRESTACAO DE SERVI.	Valor ofertado (total) R\$ 1.445.427,8400 Valor negociado (total) -
10.258.826/0001-09 ME/EPP	AMR LIMPEZA E LOCACAO DE A.	Valor ofertado (total) R\$ 1.446.252,0000 Valor negociado (total) -

G3

GRUPO 3 | 7 Itens

Julgado e habilitado (aberto para contrarrazões)

Valor estimado (total) R\$ 1.341.507,6000



Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
19.135.140/0001-03 ME/EPP Desclassificada	FACCI ASSESSORIA E CONSULT.	Valor ofertado (total) R\$ 948.906,2400 Valor negociado (total) -
18.273.227/0001-76 Aceita e habilitada	INSTITUTO DE DIGNIDADE E DE.	Valor ofertado (total) R\$ 990.045,8400 Valor negociado (total) -
35.772.303/0001-07 ME/EPP	HPS CLEAN MATERIAIS E SERVI.	Valor ofertado (total) R\$ 990.553,6800 Valor negociado (total) -
26.427.482/0001-54 ME/EPP	AGIL LTDA	Valor ofertado (total) R\$ 998.001,6000 Valor negociado (total) -
12.894.679/0001-99 ME/EPP	FOCO SERVICOS ESPECIALIZAD.	Valor ofertado (total) R\$ 1.005.734,1600 Valor negociado (total) -
21.591.605/0001-74 ME/EPP	PRIVINA PRESTACAO DE SERVI.	Valor ofertado (total) R\$ 1.037.695,2000 Valor negociado (total) -
20.928.948/0001-19	PRATIKA SERVICOS E LOGISTIC.	Valor ofertado (total) R\$ 1.042.076,1600 Valor negociado (total) -

G4



31 3295-5655



www.institutodds.org
institucional@institutodds.org



Rua José Hemetério de Andrade, 950,
5º e 6º Andar, Burity, CEP: 30493-180 - BH-MG.

Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
19.135.140/0001-03 ME/EPP Desclassificada	FACCI ASSESSORIA E CONSULT.	Valor ofertado (total) R\$ 1.082.163.840,00 Valor negociado (total) -
26.427.482/0001-54 ME/EPP Desclassificada	AGIL LTDA	Valor ofertado (total) R\$ 1.138.233.600,00 Valor negociado (total) -
18.273.227/0001-76 Aceita e habilitada	INSTITUTO DE DIGNIDADE E DE.	Valor ofertado (total) R\$ 1.138.337.280,00 Valor negociado (total) R\$ 1.135.275.120,00
12.894.679/0001-99 ME/EPP	FOCO SERVICOS ESPECIALIZAD.	Valor ofertado (total) R\$ 1.179.544.761,60 Valor negociado (total) -
35.772.303/0001-07 ME/EPP	HPS CLEAN MATERIAIS E SERVL.	Valor ofertado (total) R\$ 1.181.381.280,00 Valor negociado (total) -
53.326.791/0001-00 ME/EPP	BOSQUE CONSULTORIA E GEST.	Valor ofertado (total) R\$ 1.209.376.800,00 Valor negociado (total) -
21.591.605/0001-74 ME/EPP	PRIVINA PRESTACAO DE SERVL.	Valor ofertado (total) R\$ 1.216.149.600,00 Valor negociado (total) -

Com a permissa vênua, d. julgadores, em simples análise das propostas apresentadas no certame, denota-se que a imunidade tributária concedida a Recorrida não gera ou gerou qualquer vantagem na presente licitação, já que as propostas apresentadas por todos os proponentes se mostram pareadas, portanto, o que se conclui é que o desejo da Recorrente é a Inabilitação indevida da Recorrida de modo a sagrar-se vencedora no certame.

4.2 DA ALEGADA DESPROPORÇÃO ENTRE O VALOR APRESENTADO

A Recorrente alega “que a desproporção entre o valor apresentado pelo INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e os valores propostos pelas demais licitantes é notável. Tal desproporção evidencia que o valor arrematado pela recorrida destoa substancialmente daqueles apresentados pelas demais concorrentes. Isso suscita uma preocupação legítima sobre a capacidade real da recorrida em cumprir as obrigações contratuais de forma satisfatória, o que pode afetar a lisura e eficácia do procedimento licitatório.”

Ocorre que, em simples análise a ordem classificatória do certame, denota-se, mais uma vez, a incongruência de informações prestadas pelo Recorrente.

Isso porque, conforme faz prova o quadro comparativo abaixo e as propostas apresentadas a diferença entre os preços ofertados pela Recorrida e pela Recorrente, compreendem valores ínfimos, não demonstrando qualquer desproporção entre as propostas:



			DIFERENÇA DE PREÇOS/MÊS
1	IDDS	R\$ 1.556.834,40	- R\$ 16.915,68
	AGIL	R\$ 1.539.918,72	
2	IDDS	R\$ 1.356.467,76	R\$ 2.133,84
	AGIL	R\$ 1.358.601,60	
3	IDDS	R\$ 990.045,84	R\$ 7.955,76
	AGIL	R\$ 998.001,60	
4	IDDS	R\$ 1.135.275,12	R\$ 2.958,48
	AGIL	R\$ 1.138.233,60	

Portanto, não socorre razão os apontamentos promovidos pela Recorrente, posto que, as diferenças de propostas refletem a normalidade do mercado, existindo até mesmo oferta de valor para o G1 por parte da Recorrente, de valor inferior ao proposto por esta recorrida. Ademais, restou devidamente comprovado pela Recorrida sua capacidade de prestar os serviços conforme proposta e planilhas de composição de custos devidamente apresentadas.

Por todo o exposto, não merece provimento o Recurso interposto.

4.3 DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARTICIPADOS, VENCIDOS E CONTRATADOS - DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO OBJETIVO.

Apenas para garantir mais segurança aos julgadores do presente processo licitatório, conforme será adiante comprovado, a proponente participa de diversos processos licitatórios, sagrando vencedora, já que, atende os ditames legais atuais e regras editalícias.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

O procedimento licitatório PREGÃO 90001/2024 instaurado pela UTFPR contou com recurso, sendo este julgado improcedente pelas mesmas razões e fundamentos ora expostos:



UASG 153019

PREGÃO 90001/2024

Item 1 - Secretária

Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada para prestação de serviços comum terceirizados e continuados para a função de Secretária Técnica, com local de atuação sendo para a Reitoria CNPJ: 75.101.873/0001-90 e Campus Curitiba CNPJ: 75.101.873/0008-66 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba

Quantidade:	12	Valor estimado:	R\$ 190.254,9000
Unidade de fornecimento:	UNIDADE	Situação:	Adjudicado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPF ***.835.***-5 - TATIANE HLATCHUK STOLF para INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ 18.273.227/0001-76, melhor lance: R\$ 159.100,0000

Propostas do Item 1

(D) Declarante McEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

▼ Recursos e contrarrazões de outros fornecedores

▲ Decisão do pregoeiro

Nome NOME	Decisão tomada não procede	Data decisão 19/03/2024 16:47
<p>Fundamentação</p> <p>DECISÃO RECURSO Trata-se de Recurso Administrativo, interposto por TOTALCOB SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.398.338/0001-05, doravante denominada RECORRENTE, em face da habilitação do INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, associação privada, inscrita no CNPJ nº 18.273.227/0001-76, doravante denominada RECORRIDA, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2024 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, UASG 153019, cujo objeto é a contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada para prestação de serviços comuns terceirizados e continuados para a função de Secretária Técnica, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos I - DA TEMPESTIVIDADE Conforme item 11.1 do Edital: "A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação de licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021." O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. Cabe registrar que o pedido foi feito no dia 12/03/2024, portanto, tempestivamente, motivo pelo qual passa-se a análise do pleito. II - DOS FUNDAMENTOS DO RECURSO Em apertada síntese, a RECORRENTE alega que: A licitação declarou vencedora uma entidade privada sem fins lucrativos (INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL) em uma disputa com empresas com fins lucrativos para serviços comuns terceirizados, o que fere frontalmente a competitividade e a legislação. Entidades sem fins lucrativos foram criadas para promover atividades essenciais de interesse público, como saúde, educação e assistência social, e não para executar serviços comuns; A Lei Complementar 187/2021 estabelece que as entidades beneficentes só podem gozar de imunidade tributária se atuarem efetivamente nas áreas de saúde, educação e assistência social, não abrangendo atividades econômicas como serviços terceirizados. A isenção tributária para entidades sem fins lucrativos visa beneficiar o interesse público difuso, e não gerar vantagem para o ente público contratante em detrimento de empresas com fins lucrativos que pagam tributos normalmente. A Instrução Normativa 5/2017 do Ministério do Planejamento veda expressamente a participação conjunta de entidades sem fins lucrativos com empresas com fins lucrativos em licitações para contratação de serviços comuns, por conta da vantagem tributária daquelas. Jurisprudência do TCU exige nexos específicos entre os objetivos estatutários da entidade sem fins lucrativos e o objeto licitado, não bastando objetivos genéricos que permitam atuar em qualquer área de terceirização. A recorrida (entidade sem fins lucrativos) alterou formalmente seu estatuto para criar uma aparência de licitude em contratos de locação de mão-de-obra, o que configura manobra indevida. Em suma, o recurso sustenta que a habilitação da entidade sem fins lucrativos fere a competitividade, a isonomia e as normas que regem a atuação dessas entidades, requerendo sua inabilitação no certame. III - DAS CONTRARRAZÕES Em resumo, a RECORRIDA argumenta que: A imunidade tributária concedida à Associação abrange todas as suas atividades, conforme disposto no art. 4º da Lei Complementar 187/2021, não havendo limitação legal para as atividades de terceirização licitadas. A participação de Associações Privadas sem fins lucrativos em licitações é permitida, conforme jurisprudência do TCU (Acórdão 2.426/2020) e orientação do Ministério da Economia, não se limitando apenas a chamamentos públicos regidos pela Lei 13.019/2014. A imunidade tributária gozada pela Associação não gerou vantagem indevida na licitação, visto que os valores propostos pelas empresas participantes foram similares. As alegações da empresa recorrente se baseiam em normas e entendimentos revogados ou superados pelas alterações legislativas mais recentes; O recurso administrativo interposto extrapola os limites da licitação, buscando questionar a regularidade da Associação e sua imunidade tributária perante órgãos como Receita Federal e Ministério Público, o que foge da competência da Comissão Julgadora. Sucintamente, as contrarrazões defendem a manutenção da Associação como vencedora por estar amparada na legislação vigente e jurisprudência atualizada sobre o tema. IV - DA ANÁLISE Uma novidade da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações, foi não incluir a possibilidade prevista no inciso XXIV do art. 24 da Lei 8.666/1993, que permitia a contratação direta, por dispensa de licitação, de organizações sociais qualificadas para atividades do contrato de gestão. Este dispositivo da Lei 8.666 levou o TCU, no Acórdão 1.406/2017, a entender que organizações sociais podem participar de licitações, ao contrário das OSCIPs, para as quais haveria vedação implícita por incompatibilidade com os objetivos da Lei 8.666. Para o TCU, o contrato de gestão estabelece o vínculo com as organizações sociais, habilitando-as a celebrar contratos administrativos previstos nele, conforme o art. 24, XXIV da Lei 8.666. Porém, a nova Lei de Licitações não reproduziu esse dispositivo. O TCU ratificou, nos Acórdãos 746/2014 e 1175/2019, a vedação para OSCIPs participarem de licitações, pois desvirtuariam seu objetivo de cooperação com o poder público via termo de parceria para prestar serviços públicos, não atividades-meio. Já sobre associações civis sem fins lucrativos em geral, o Acórdão 2.847/2019 do TCU permitiu sua participação em licitações quando o objeto estiver alinhado com seus objetivos estatutários, não devendo interpretar restritivamente o Código Civil. Recentemente, no Acórdão 2.426/2020, o TCU reforçou que a vedação à participação em licitações atinge apenas OSCIPs, discordando da IN 5/2017 que vedava genericamente instituições sem fins lucrativos. Como a nova Lei de Licitações não estabeleceu vedação expressa e não reproduziu o dispositivo que permitia a contratação direta de organizações sociais, conclui-se que a vedação restringe-se às OSCIPs e organizações sociais nessa condição específica. V - CONCLUSÃO Após análise dos argumentos da RECORRENTE, das contrarrazões anteriormente aduzidas e pautando-se na legislação e jurisprudência dos órgãos de controle, nega-se provimento ao pedido de Recurso. Isto posto, submete-se a decisão à consideração da autoridade competente.</p>		

▲ Revisão da autoridade competente

Nome NOME	Decisão tomada mantida decisão não procede	Data decisão 19/03/2024 20:52
<p>Fundamentação</p> <p>De acordo com a decisão do pregoeiro.</p>		

Ampliado:

IV - DA ANÁLISE Uma novidade da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações, foi não incluir a possibilidade prevista no inciso XXIV do art. 24 da Lei 8.666/1993, que permitia a contratação direta, por dispensa de licitação, de organizações sociais qualificadas para atividades do contrato de gestão. Este dispositivo da Lei 8.666 levou o TCU, no Acórdão 1.406/2017, a entender que organizações sociais podem participar de licitações, ao contrário das OSCIPs, para as quais haveria vedação implícita por incompatibilidade com os objetivos da



31 3295-5655



www.institutodds.org
institucional@institutodds.org



Rua José Hemetério de Andrade, 950,
5º e 6º Andar, Buritys, CEP: 30493-180 - BH-MG.

12

Lei 8.666. Para o TCU, o contrato de gestão estabelece o vínculo com as organizações sociais, habilitando-as a celebrar contratos administrativos previstos nele, conforme o art. 24, XXIV da Lei 8.666. Porém, a nova Lei de Licitações não reproduziu esse dispositivo. O TCU ratificou, nos Acórdãos 746/2014 e 1.175/2019, a vedação para OSCIPs participarem de licitações, pois desvirtuaria seu objetivo de cooperação com o poder público via termo de parceria para prestar serviços públicos, não atividades-meio. **Já sobre associações civis sem fins lucrativos em geral, o Acórdão 2.847/2019 do TCU permitiu sua participação em licitações quando o objeto estiver alinhado com seus objetivos estatutários, não devendo interpretar restritivamente o Código Civil.** Recentemente, no Acórdão 2.426/2020, o TCU reforçou que a vedação à participação em licitações atinge apenas OSCIPs, discordando da IN 5/2017 que vedava genericamente instituições sem fins lucrativos. Como a nova Lei de Licitações não estabeleceu vedação expressa e não reproduziu o dispositivo que permitia a contratação direta de organizações sociais, conclui-se que a vedação restringe-se às OSCIPs e organizações sociais nessa condição específica. V – CONCLUSÃO Após análise dos argumentos da RECORRENTE, das contrarrazões anteriormente aduzidas e pautando-se na legislação e jurisprudência dos órgãos de controle, nega-se provimento ao pedido de Recurso. Isto posto, submete-se a decisão à consideração da autoridade competente.

Notem que as alegações da Recorrente se equiparam as alegações promovidas em outros processos licitatórios, que, por sua vez, foram julgados improcedentes.

No mesmo sentido, o caso ora debatido foi enfrentando pelo TJRJ no Processo Licitatório nº 012/2024, que, mais uma vez, entendeu pela legalidade de participação da Recorrente no certame, a declarando vencedora e negando provimento ao Recurso Administrativo interposto, vejamos:



Decisão do pregoeiro

Nome NOME	Decisão tomada não procede	Data decisão 11/04/2024 09:34
<p>Fundamentação</p> <p>Tratam os presentes autos de processo licitatório realizado por meio de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Licitação nº12/2024, no qual foi declarada vencedora e habilitada a sociedade empresária: INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS - CNPJ 18.273.227/0001-79, por ter oferecido a proposta mais vantajosa para a contratação pretendida, cujo objeto é: Prestação de serviços de apoio administrativo, na forma de execução indireta, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas por cálculos judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I). Após a fase de lances, verificação de conformidade, negociação, declaração de vencedor e habilitação o valor final da proposta foi fixado em: Lote 1: R\$ 10.395.338,40 (dezessete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos). Aberta a fase recursal, a sociedade empresária MULTPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ 04.312.370/0001-15 - mencionadas neste relatório como RECORRENTE, manifestou a intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro que em sede de julgamento e habilitação declarou vencedora e habilitada a sociedade empresária INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS, indicada como RECORRIDA. Dentro do prazo estabelecido a RECORRENTE, apresentou suas razões que estão inseridas no Index 7676043. Afirma em apertada síntese: Que há uma concorrência desigual por parte da RECORRIDA, uma vez que o tratamento tributário inócuo incidência do PIS e COFINS que goza perante as outras concorrentes a coloca em posição de vantagem desproporcional e que tal situação a prejudicou irremediavelmente, causando grave dano às sociedades empresárias que visam o lucro em suas atividades fns. Cita normas e decisões que seriam a base jurídica de seu inconformismo: §3º, do art. 12, da Lei 9.532 de 1997; artigo 7.37da Lei nº 12.187, de 29 de 2009; Decisão nº 5355/2009 do TCU; Art. 3º da Lei 9790/1999; Acórdão 748/2014-Plenário TCU; Art. 62 Código Civil de 2002 (Lei 10.406/2002); Art. 173, § 2º da Constituição; Solução de consulta 233 de 2005 RFB; Solução de consulta nº 75 de 30 de março de 2011 da RFB; Art. 23, da Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022; Solução de Consulta nº 24 de 07/04/2010 da RFB; § 2º, do artigo 14 da Lei nº 5.172 de 1966 (CTN); tudo isso evidenciaria que a RECORRIDA está extrapolando os benefícios que lhes são garantidos pelo sistema vigente, existindo então uma verdadeira 'manobra jurídica tributária'. Assevera também que a proposta apresentada é inexequível, por não prever o recolhimento do IRPJ e do CSLL, assim como as alíquotas de 1,65% referente ao PIS e 7,6% sobre o COFINS. Arremata enfatizando que há desvio de finalidade no que se refere à presença de diretor que é sujeito passivo de falência da empresa HWC EMPREENDIMENTOS LTDA, e que existe uma 'dissimulação' em curso, uma 'manobra' como declara. Ainda afirma que o fato de existir o apontamento no SICAF teria o condão de trazer à tona o impedimento de imediato. Requer ao final a reconsideração da decisão deste Pregoeiro e que seja reformada a decisão que declarou como vencedora a RECORRIDA com o consequente prosseguimento do certame. Dentro do prazo estabelecido a RECORRIDA, apresentou suas contrarrazões que estão inseridas no Index 7697687. Afirma em apertada síntese: Que as alegações da RECORRENTE se encontram presas ao tempo pretérito, mas atualmente, desde o ano de 2020 houve um novo posicionamento do TCU decidindo que o parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017 estaria em desarmonia com outras normas e decisões do próprio TCU que entendia ser possível a participação de entidade O.S. (Entidades sem fins lucrativos) em licitações públicas com exceção das OSCIP. A não incidência do PIS /PASEP estaria demonstrada no artigo 8º da IN 2121/2022 da RFB, além de citar também a Lei Complementar 187/2021 que trata da certificação das entidades beneficentes e que declara que apenas associações contempladas com o CEBAS teriam o direito às imunidades tributárias e que ela, RECORRENTE, possui o dito certificado válido até 31/12/2026, imunidade esta que abrangia todas as suas atividades. Descreve que existe Lei que concede o benefício fiscal e que tal fato não pode ser entendido como quebra de isonomia, já que a Lei na realidade procura colocar na prática a verdadeira isonomia. É que a própria classificação demonstraria que de fato não houve qualquer vantagem pois a RECORRIDA ficaria em 6º lugar na disputa. Em relação a COFINS diz que após o decorrido não restariam dúvidas quanto a imunidade sobre este tributo, mas para comprovação traz anexo às contrarrazões, os comprovantes de DCTF demonstrando a ausência de incidência de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e outros. Quanto ao argumento de que existe um sócio falido ou representante de massa falida compõe a direção da RECORRIDA, aduz que inexistiu relação jurídica causal entre um fato e outro, tratam-se de pessoas jurídicas distintas atuando em setores econômicos distintos, alega ainda que possíveis efeitos patrimoniais não alcançariam os bens da RECORRIDA. Parecer do DECAN-ASANC inserido no Index 7761841. É O RELATÓRIO No que concerne às considerações tecidas pela RECORRENTE, entendo que seus argumentos não merecem prosperar, pois que, a RECORRENTE apresentou argumentos que se prendem a uma época em que realmente não era permitida a participação de entidades sem fins lucrativos em licitações públicas, mas como bem pontuou a RECORRIDA, tal assertiva experimentou um novo olhar a partir do posicionamento mais recente do TCU que passou a admitir a presença dessas entidades em licitações, não havendo que se falar em disputa não isonômica, pois que, a diferenciação tributária foi posta pela Lei que buscou a verdadeira equivalência para as entidades em questão, tão somente se deve observar se ditas organizações guardam em seus objetivos sociais atribuições que lhes permitam participar dos certames (adequação dos objetivos sociais) e não serem qualificadas como OSCIP, e nos dois casos a RECORRIDA atendeu aos quesitos - Index 7636790, assim não há motivos, ao olhar deste Pregoeiro para desclassificar a proposta apresentada pela RECORRIDA. Quanto às questões referentes às alíquotas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, me falo ao entendimento apontado pelo parecer ASANC inserido no Index 7761841 que entende por não prosperar as alegações da RECORRENTE. Quanto ao fato que descreve a participação de diretor em sociedade falida, não há como trazer para a análise dos documentos ou capacidade da RECORRIDA fato que se deu envolvendo 3ª pessoa (MASSA FALIDA), de se observar que foi feita diligência por este Pregoeiro para que a RECORRIDA justificasse o apontamento existente no SICAF - Index 7573333 trata-se de possível impedimento de ordem indireta que serve como um alerta para os julgadores que então devem propor as diligências necessárias. Feita esta, entendo que houve plena justificativa, corroborando tal afirmativa o TCU em sua certidão consolidada aponta a RECORRIDA como idônea para a contratação - Index 7356255. Por fim destaco que a RECORRENTE declarou junto ao sistema Compras.Gov. ciência e sujeição aos comandos do edital e que não houve por parte da RECORRENTE pedido de esclarecimento e/ou impugnação ao edital no que se refere a norma inserida no Item 4.7.1 (contrário senso) - Index 7323906. Contudo se observa questionamento neste sentido, cuja resposta foi pela participação de entidades sem fins lucrativos - Index 7308326. Neste ponto é patente que o momento próprio para colocar perante a Administração a contrariedade em relação a norma atada seria no prazo de apresentação de esclarecimentos e/ou impugnação, contudo não foram apresentadas nenhuma insatisfação por parte da RECORRENTE, ao participar do prego, sabendo que poderia haver a participação de empresas com a qualidade de O.S. (Entidades sem fins lucrativos), já que permitido pelo ato convocatório. Portanto, em respeito aos princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, está prejudicada a solicitação contida nas razões apresentadas pela RECORRENTE e este Pregoeiro entende por manter sua decisão que declarou a RECORRIDA - INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS como vencedora e habilitada em sede de julgamento e habilitação no sistema Compras.Gov - Item 01. Face ao acima exposto, submeto o presente processo à elevada consideração de V.S.ª, que melhor decidirá. OJULI, data da assinatura eletrônica. CESAR AZEVEDO DA SILVA Pregoeiro</p>		

Ampliado:

Fundamentação

Tratam os presentes autos de processo licitatório realizado por meio de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Licitação nº12/2024, no qual foi declarada vencedora e habilitada a sociedade empresária: INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS - CNPJ 18.273.227/0001-79, por ter oferecido a proposta mais vantajosa para a contratação pretendida, cujo objeto é: Prestação de serviços de apoio administrativo, na forma de execução indireta, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas por cálculos judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I).

(...)

No que concerne às considerações tecidas pela RECORRENTE, entendo que seus argumentos não merecem prosperar, pois que, a RECORRENTE apresentou argumentos **que se prendem a uma época em que realmente não era permitida a participação de entidades sem fins lucrativos em licitações públicas, mas como**



bem pontuou a RECORRIDA, tal assertiva experimentou um novo olhar a partir do posicionamento mais recente do TCU que passou a admitir a presença dessas entidades em licitações, não havendo que se falar em disputa não isonômica, pois que, a diferenciação tributária foi posta pela Lei que buscou a verdadeira equivalência para as entidades em questão, tão somente se deve observar se ditas organizações guardam em seus objetivos sociais atribuições que lhes permitam participar dos certames (adequação dos objetivos sociais) e não serem qualificadas como OSCIP, e nos dois casos a RECORRIDA atendeu aos quesitos - index 7636790, assim não há motivos, ao olhar deste Pregoeiro para desclassificar a proposta apresentada pela RECORRIDA. Quanto as questões referentes as alíquotas de PIS, COFINS, IRPF e CSLL, me filio ao entendimento apontado pelo parecer ASANC inserido no index 7761841 que entende por não prosperar as alegações da RECORRENTE. Quanto ao fato que descreve a participação de diretor em sociedade falida, não há como trazer para a análise dos documentos ou capacidade da RECORRIDA fato que se deu envolvendo 3ª pessoa (MASSA FALIDA), de se observar que foi feita diligência por este Pregoeiro para que a RECORRIDA justificasse o apontamento existente no SICAF - index 7557333 (trata-se de possível impedimento de ordem indireta) que serve como um alerta para os julgadores que então devem propor as diligências necessárias. Feita esta, entendo que houve plena justificativa, corroborando tal afirmativa o TCU em sua certidão consolidada aponta a RECORRIDA como idônea para a contratação - index 7556255. Por fim destaco que a RECORRENTE declarou junto ao sistema Compras.Gov. ciência e sujeição aos comandos do edital e que não houve por parte da RECORRENTE pedido de esclarecimento e/ou impugnação ao edital no que se refere a norma inserta no item 4.7.i (contrário senso) - index 7523906. Contudo se observa questionamento neste sentido, cuja resposta foi pela participação de entidades sem fins lucrativos - index 7508526. Neste ponto é patente que o momento próprio para colocar perante a Administração a contrariedade em relação a norma atacada seria no prazo de apresentação de esclarecimentos e/ou impugnação, contudo não foram apresentadas nenhuma insatisfação por parte da RECORRENTE, ao participar do pregão, sabendo que poderia haver a participação de empresas com a qualidade de O.S. (Entidades sem fins lucrativos), já que permitido pelo ato convocatório. Portanto, em respeito aos princípios da



legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, está prejudicada a solicitação contida nas razões apresentadas pela RECORRENTE e este Pregoeiro entende por manter sua decisão que declarou a RECORRIDA - INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS como vencedora e habilitada em sede de julgamento e habilitação no sistema Compras.Gov - item 01. Face ao acima exposto, submeto o presente processo à elevada consideração de V.S.^a, que melhor decidirá. OJULI, data da assinatura eletrônica.
CÉSAR AZEVEDO DA SILVA Pregoeiro

Derradeiramente, cumpre destacar que além dos casos acima pontuados, a Recorrente é contratada, POR INTERMÉDIO DE PROCESSO LICITATÓRIO, pelo Município de Clevelândia/PR, CISAMUSEP/PR, IVAIPORÃ/PR, etc.

5. DA CONCLUSÃO

Em face do exposto requer seja as Contrarrazões recebida, sendo o RECURSO ADMINISTRATIVO julgado IMPROCEDENTE, mantendo incólume a declaração de vencedora do INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL no Pregão Eletrônico nº 90006/2024, já que, **conforme exposto, os argumentos promovidos e bases legais apresentadas pela Recorrente encontram-se ultrapassadas, sendo totalmente modificados e revogados, servindo o presente Recurso Administrativo tão somente, para tumultuar o andamento do normal do processo licitatório.**

Nestes termos, pede deferimento.

De Belo Horizonte – MG, 08 de maio de 2024.

Jackeline G. D. Teixeira
Advogada – OAB/MG 134.819
Procuradora
Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social

